



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE MUSEOLOGIA

PAMELA CAMILA FERREIRA SOARES MONTE

AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL:
possibilidades de uso dos espaços culturais nos museus do DF

Brasília, DF
2023

PAMELA CAMILA FERREIRA SOARES MONTE

AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL:
possibilidades de uso dos espaços culturais nos museus do DF

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito básico para obtenção do título de bacharel em Museologia pela Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Ana Lúcia de Abreu Gomes

Brasília, DF
2023

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

FM772a Ferreira Soares Monte, Pamela Camila
Ações Educativas para o público infantil: possibilidades
de uso do espaços culturais nos museus do Distrito Federal /
Pamela Camila Ferreira Soares Monte; orientador Ana Lúcia de
Abreu Gomes. -- Brasília, 2023.
56 p.

Monografia (Graduação - Museologia) -- Universidade de
Brasília, 2023.

1. público infantil. 2. museus. 3. infância. 4. educação
museal. 5. ações educativas. I. Abreu Gomes, Ana Lúcia de,
orient. II. Título.

PAMELA CAMILA FERREIRA SOARES MONTE**AS AÇÕES EDUCATIVAS PARA O PÚBLICO INFANTIL: POSSIBILIDADES
DE USO DOS ESPAÇOS CULTURAIS NOS MUSEUS DO DF E MUSEU
CATAVENTO**

Monografia submetida ao corpo docente do Curso de Graduação em Museologia, da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília - UnB, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Museologia.

Aprovado por:

**Ana Lucia de
Abreu Gomes**

Professora de
Magistério Superior
na Universidade de
Brasília

Doutora em História
pela Universidade de
Brasília

Rose Moreira de Miranda

Professora de Magistério
Superior na Universidade de
Brasília

Doutora em Museologia pela
Universidade Lusófona de
Humanidades e Tecnologias

**Luciana Magalhães
Portela**

Professora de
Magistério Superior
na Universidade de
Brasília

Doutora em
Antropologia Social
pela Universidade de
Brasília



Documento assinado eletronicamente por **Rose Moreira de Miranda, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 14/12/2023, às 17:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Lucia de Abreu Gomes, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 16/07/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Magalhães Portela, Professor(a) de Magistério Superior da Faculdade de Ciência da Informação**, em 17/07/2024, às 09:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento na Instrução da Reitoria 0003/2016 da Universidade de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.unb.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **10679348** e o código CRC **3CFDC1A**.

Referência: Processo nº 23106.140973/2023-01

SEI nº 10679348

Endereço: Campus Universitário Darcy Ribeiro - Gleba A, , Brasília/DF, CEP 70910-900

Telefone: e Fax: @fax_unidade@ - <http://www.unb.br>

"E sabemos que todas as coisas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito."

Romanos 8:28

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por sua natureza perfeita e que me ama de forma incondicional, me permitindo viver coisas que jamais imaginei.

Agradeço a minha professora e orientadora Ana Abreu pelo carinho, paciência, atenção e conselhos que fizeram esse trabalho se concretizar.

Agradeço a minha amiga e mentora Luana pelos conselhos, puxões de orelha e paciência, você fez toda a diferença para trazer leveza a esse processo.

Agradeço ao meu marido Vitor, por todo o cuidado, amor, carinho e apoio, serei sempre sua maior fã como você tem sido o meu.

Agradeço a minha mãe Luciene e ao meu pai Antonio (in memoriam) que sempre me amaram, apoiaram, acreditaram, incentivaram, foram pacientes e inspiradores, fizeram o possível para despertar o meu melhor. Obrigada por sempre acreditarem em mim.

Agradeço aos meus filhos Israel e ao que está sendo gerado, vocês que ainda são tão pequenos e tem me ensinado e impulsionado a ser melhor. Estarei sempre aqui por vocês e para vocês.

Agradeço às minhas irmãs, Paula e Sheyla, por contribuírem na minha formação como pessoa, como cidadã, por todas as conversas descontraídas e conselhos para me colocar em ação em direção aos meus sonhos.

Agradeço a Domingas, minha sogra, pela dedicação e amor com que cuida dos seus e que me inspiram como mulher.

Agradeço aos meus sobrinhos Vitório, Nathan, Lise e Rafael, e a todas as crianças que tenho oportunidade de pastorear pois foram os maiores motivadores desta pesquisa.

Agradeço aos professores e colegas de curso que foram sempre tão pacientes e bons comigo, em especial a professora Rose Miranda, você é preciosa, e tem sido inspiração para onde quero ir.

Agradeço a todos que contribuíram de alguma forma para que esse trabalho se concretizasse, aos amigos e familiares que carinhosamente se dedicaram em cuidar do Israel enquanto este trabalho era produzido.

RESUMO

O presente trabalho sistematizou reflexões e aproximações entre a educação infantil e os museus, visto que os museus têm papel social fundamental para formação identitária. Parte-se do entendimento de que o público infantil pode, igualmente, obter um melhor aproveitamento da relação homem-realidade, homem-sociedade experimentada dentro das instituições museológicas. Entende-se a primeira infância como o momento em que acontece a construção de significados, interpretação de culturas e relações sociais e os museus contribuem para o desenvolvimento cognitivo e psicopedagógico infantil a partir das ações educativas ampliando a construção de saberes, experiências e significados. A partir de revisão bibliográfica, análise das normativas pertinentes ao tema e aplicação de questionários aos museus do DF, por meio virtual, a pesquisa contribui para reflexões sobre o lugar da criança no museu e aproximações do público infantil e instituições culturais.

Palavras-chave: Público Infantil; museus; infância; criança; Política Nacional de Educação Museal; Educação Museal; ações educativas

ABSTRACT

This work aims to systematize reflections and connections between early childhood education and museums, considering the fundamental social role of museums in identity formation. It starts with the understanding that young audiences can equally benefit from the relationship between individuals, reality, and society experienced within museum institutions. The early childhood phase is seen as a critical period for the construction of meanings, interpretation of cultures, and social relations. Museums contribute to cognitive and psychopedagogical development in children through educational actions that enhance the construction of knowledge, experiences, and meanings. Through a literature review, analysis of relevant regulations, and the application of questionnaires to museums in the Federal District (DF), conducted virtually, the research aims to contribute to reflections on the place of children in museums and the connections between young audiences and cultural institutions.

Keywords: Young Audience; museums; childhood; Child; PNEM; Museal Education; Educational Actions

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Categorização das instituições por sua Subordinação/Tutela Administrativa	37
Figura 2. Quantitativo de público visitante.	39
Figura 3. Categorização dos museus de acordo com os espaços disponíveis ao público.	40
Figura 4. Categorização dos museus de acordo com a formação dos profissionais responsáveis pelo setor educativo.	41
Figura 5. Categorização dos museus de acordo com a formação dos profissionais que compõem a equipe do museu.	42
Figura 6. Categorização dos museus por demandas por atividades	43

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Natureza do acervo.....	38
Tabela 2 Desafios para recepcionar o público infantil.....	44
Tabela 3 Opinião dos museus sobre sua importância para a formação sociopedagógica do público Infantil.	45

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

BNCC - Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica

CF/88 - Constituição Federal de 1988

CNE - Conselho Nacional de Educação

DF - Distrito Federal

GDF - Governo do Distrito Federal

IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus

ICOM - Conselho Internacional de Museus

LDB - Lei de Diretrizes e Bases Curriculares

PNEM - Política Nacional de Educação Museal

SUMÁRIO

Sumário

INTRODUÇÃO	14
JUSTIFICATIVA	18
OBJETIVOS	19
METODOLOGIA.....	21
CAPÍTULO 1 - MUSEUS, MUSEOLOGIA E APLICAÇÕES AO PÚBLICO INFANTIL	22
CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO MUSEAL E LEGISLAÇÕES.....	29
CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DE DADOS DOS MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL	36
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
APÊNDICE	53

INTRODUÇÃO

A museologia, como toda ciência, requer a determinação clara do objeto de estudo. Segundo Baraçal (2008), autor que aborda em seu trabalho o conceito do museólogo checo Zbynek Zbyslav Stránský (1926), o objeto de estudo da Museologia não seria o Museu em si, mas sim, a relação entre o homem e sua realidade. O museu, seria, portanto, “fenômeno” (Baraçal, 2008). Já Waldisa Rússio Guarnieri afirma que a museologia é a ciência do Museu e das suas relações com a sociedade, estuda a relação em si; homem - objeto, homem - realidade aprofundando-se na reflexão até a relação Homem - Sociedade (Guarnieri, 2010 apud Possamai, 2019).

É importante observar a relação em si, do Homem, do objeto e do museu, como teorizou Waldisa Rússio (2010 apud Possamai, 2019), considerando a capacidade da criança em praticar cultura, em ser agente, potente, sujeito com linguagem própria, que entende e apreende o ambiente ao seu redor; a relação da criança com os objetos, como a criança interpreta os objetos de museus e em que medida impacta na tradução dos sentidos e significados do objeto em seu contexto e fora dele.

Os museus são espaços culturais, de fruição estética, de contemplação, de construção identitária, de narrativas e de educação. A definição do conceito de museus que consta no Estatuto Brasileiro de Museus¹ é:

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, **educação**, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a **serviço da sociedade e de seu desenvolvimento**. (Brasil, 2009, grifo nosso)

Nos espaços dos museus reúnem-se objetos com fins de pesquisa, conservação, exposição, representação de criações materiais e imateriais humanas, e por isso, estes constituem-se um lugar privilegiado de aprendizagem, de representatividade e de pertencimento. Adicionalmente, proporcionam ao visitante a conexão entre passado e futuro, conhecimento e contato com a história humana e também aprofundamento em temas específicos.

Nesse sentido, as reflexões provocadas no decorrer do curso, e a multiplicidade dos museus, somadas às experiências pessoais da autora do presente trabalho com atividades voluntárias em uma instituição religiosa, despertaram muitos

¹ Lei 11.094, de 14 de janeiro de 2009.

questionamentos e o interesse pela pesquisa da temática do público infantil ocupando os espaços dos museus, que tradicionalmente são vistos como lugar de silêncio e contemplação que pouco acolhe bebês e crianças, bem como das ações educativas decorrentes deste movimento para aproveitamento do espaço expográfico.

Há muito se sabe que as crianças podem usufruir de espaços culturais, mas ainda são necessárias reflexões que evidenciem e explicitem as possibilidades da relação entre museu e criança. As potencialidades de dedicar esforços em cativar esse público e também de dar ouvidos às suas demandas e necessidades já tem provado que a infância é também uma fase para as instituições museológicas aproveitarem e contribuírem no processo de formação de um indivíduo através de ações e projetos de melhor aproveitamento do espaço e atividades que despertem interesse desse público. Como afirma Waldisa Rússio (2010 *apud* Possamai, 2019) é impraticável pensar que as crianças não podem apreender o museu, os objetos e obras de arte.

A partir do entendimento ampliado do objeto de estudo da Museologia, a busca pela reflexão e compreensão de museu como a relação entre o homem e a sua realidade, nos conduziu ao interesse em pesquisar e estudar as reflexões e considerações acerca do público infantil, das ações educativas realizadas dentro dos museus. Acredita-se que o público infantil apresenta uma forte potencialidade para o aproveitamento dessa relação do homem e sua realidade, já que interpretam o mundo ao seu redor – um mundo efetivamente todo novo – dando significado e preenchendo seu repositório de experiências na relação com essa instituição cultural.

O papel do museu como instituição de ensino, de educação não-formal trouxe alguns questionamentos que delinearão e fundamentarão a construção do presente trabalho: crianças pequenas visitam museus? Se sim, como funciona esta experiência, a aproximação deste público com este espaço? Quais ações são realizadas com esse público? Quais são os critérios para escolha de uma exposição como atividade extracurricular? Como os museus recebem o público infantil? Como a criança pequena tira aproveitamento do espaço expográfico? De que maneira a educação não-formal estimula o desenvolvimento infantil? Portanto, a relação entre os espaços museais e o público infantil se transformou em meu objeto de pesquisa.

A partir dessas perguntas percebeu-se a necessidade de se conhecer um pouco mais sobre a normatização desta temática no Brasil, conforme disposto na

legislação brasileira acerca da Educação Infantil e Básica para a composição curricular aliada à inclusão de práticas de educação não formal que acontecem dentro dos museus. Em suma, buscou-se analisar como seria a tratativa da legislação brasileira, mais especificamente a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, no disposto das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais e de Educação Infantil, da questão do desenvolvimento infantil a partir de práticas integrativas compostas por ações do campo da museologia. Na definição das diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, dispõe-se:

conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade. (Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5. 2009).

Igualmente, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil definem criança como:

sujeito histórico e de direitos que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5. 2009.)

Philippe Ariès (1981) demonstrou em seus estudos que a noção de infância é resultado de uma construção social dessa categoria em um longo processo que, na Europa, pôde ser identificado, a partir das fontes utilizadas provenientes do século XVII na perspectiva do autor. Os estudos de Ariès, associados a novas perspectivas historiográficas, trouxeram a discussão para a academia brasileira. Da mesma forma ponderada pelo historiador francês, há que se buscar uma tipologia de fontes menos tradicionais quando o objeto de estudo é a infância no Brasil. Observamos, por meio da historiografia brasileira que trata do tema, que é nos documentos eclesiásticos, nos orfanatos, na estrutura da roda dos expostos, que há fontes para o estudo da infância no Brasil (Del Priori, 1997; Freitas, 1997; Marcilio, 2019). Há trabalhos também que abordam a infância a partir da categoria do trabalho – pesquisas essas que não serão abordadas aqui – mas, a produção que mais nos interessa se encontra na área da pedagogia e da psicologia.

Por meio dessa historiografia, pode-se observar que a compreensão acerca da infância vem mudando ao longo dos últimos anos e tem promovido maior incentivo ao desenvolvimento e implementação de políticas públicas cada vez mais atentas às especificidades desse período do desenvolvimento humano. É na primeira infância

que o indivíduo passa por processos de aprendizagem, assimilação e absorção de realidades diversas que promovem descobertas, construção identitária, percepção de mundo e relações sociais. A criança, conceito adotado aqui, como agente, sujeito e produtora de cultura, absorve o mundo dos adultos e reestrutura à sua maneira, a partir de seus próprios gostos, interesses e sentimentos (Carvalho; Lopes, 2016; Marques; Marandino, 2018).

Por meio da experimentação, da interação com diferentes sujeitos e objetos, a diversidade de situações que a criança experimenta a tornam capaz de construir significados, reformulá-los, criar estratégias e a consequência de todo esse processo é o início da formação identitária, mas são nos espaços informais e não-formais que esses processos ocorrem de forma mais enfática. Pensando nisso, os museus são locais privilegiados para proporcionar experiências lúdicas, divertidas e de estímulo afetivo e psicomotor (Carvalho; Lopes, 2016).

É na infância que ocorrem as primeiras e principais descobertas que construirão os significados e relações do sujeito com o mundo ao redor e ações de educação e cultura que ocorrem nesta faixa etária contribuem substancialmente em sua forma de ver o mundo. Dessa forma, os museus representam espaços nos quais há maior possibilidade do desenvolvimento da ludicidade na infância, bem como desenvolver as demais características neuropedagógicas esperadas para esta etapa da vida.

A legislação brasileira prevê a organização de um sistema de ensino pautado e direcionado pelas instituições formais de ensino, ocorrendo nos espaços escolares. Assim como também considera educação não-formal iniciativas organizadas de aprendizagem que se manifestam fora deste sistema e dessas instituições, e nesse sentido, se enquadram os museus e suas ações educativas.

Os museus, funcionando como instituições heterogêneas, com conteúdos diversos e variados, de fruição, educação, comunicação e construção identitária, são parte fundamental de definição da infância como um espaço para desenvolvimento cognitivo, social e crítico e cada vez mais com objetivo de incluir e democratizar o acesso aos bens culturais. Percebe-se as possibilidades de aproveitamento em desenvolver sinergia entre o público infantil e as ações realizadas dentro dos museus visto a oportunidade de desenvolvimento social, crítico e cognitivo que o contato com os museus pode proporcionar ao sujeito.

Diante do exposto, o presente trabalho consiste em promover reflexões e aproximações entre a educação formal, representada pelo espaço escolar, e a educação não-formal, aqui representada pelo espaço dos museus. Esta convergência de atuações será compreendida a partir da vivência dos locais e suas instalações físicas pelo público infantil, utilizando-se como estudo de caso para a seguinte proposta os Museus do Distrito Federal.

O Guia dos Museus Brasileiro (2011) - Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e o Cadastro Nacional de Museus (CNM), listam ao todo 84 museus na região do Distrito Federal, sendo de tutela federal, distrital e também particulares com diferentes tipologias de acervo.

Desse modo, a pesquisa propõe também refletir sobre como os museus do Distrito Federal dialogam com a Educação Infantil como espaços de educação não formal.

JUSTIFICATIVA

Os museus, como instituições com fins de contemplação e educação, a serviço da sociedade e seu desenvolvimento têm papel crucial no desenvolvimento infantil. São, ainda, “processos a serviço da sociedade” e por isso, fundamentais para construção identitária e de conhecimento, formação cultural, pensamento crítico, compreensão de si, do outro e do mundo e inclusão social. O movimento para uma Nova Museologia ressaltou a necessidade de os museus assumirem um papel de transformação social e função educativa como pivô para isso (IBRAM, 2018).

Em estudos recentes tem sido apontado que o acolhimento do público infantil é um desafio para os museus e centros culturais. Quanto mais jovem a criança, maior o desafio em se promover a atenção do público para o objeto de exposição (Carvalho, 2011; Carvalho; Lopes, 2016).

Nesse sentido, sugere-se que os museus tenham relevância significativa para o desenvolvimento e alfabetização simbólica, cultural e científica das crianças pequenas a partir das ações educativas e da recepção desse público, já que as experiências com diversas expressões culturais fazem a criança apropriar-se do mundo ao seu redor, estabelecendo relações e construindo significações. Os museus como locais que guardam e comunicam diversos saberes e culturas podem também contribuir para a complementação da educação formal, ampliando-se o papel da escola tradicional para um contexto mais subjetivo e de aprendizagem integral (Lopes;

Carvalho, 2021). Por isso, a sistematização das reflexões e possíveis aproximações entre os museus, consideradas instituições de ensino não formal, e as escolas se faz necessária para pensar encaminhamentos e formas de melhor aproveitamento dos trabalhos desenvolvidos com esse público.

As pesquisas de público infantil e inserção de crianças, principalmente na faixa etária de zero a seis (0 a 6) anos, para os museus ainda são escassas. (Carvalho; Lopes, 2016). Atualmente, alguns museus do Distrito Federal estão realizando a primeira pesquisa de público² mas o questionário só pode ser aplicado a maiores de 12 anos. A Revista Com Censo³ permite perceber a preocupação do Governo do Distrito Federal (GDF) em promover pesquisa de público infantil em algum momento.

Para esta pesquisa o questionário foi enviado a todos os museus do Distrito Federal buscando investigar se essas instituições oferecem atividades educativas para o público infantil. Em caso positivo, interessou-nos conhecer as especificidades dessas atividades para o público de 0 a 6⁴ anos e analisar a concepção de infância dos educadores das instituições

A proposta é estimular debate acerca do papel dos museus diante das especificidades da faixa etária de 0 a 6 anos, já que é notória a necessidade em trazer esse público para dentro dos museus. A literatura tem mostrado o quanto ainda é possível avançar para gerar maior impacto de captação, acolhimento, educação, informação e lazer.

OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Sistematizar reflexões e aproximações entre a educação infantil e os museus

Objetivos específicos:

² Acordo de Cooperação Técnica firmado entre a Secretaria de Economia Criativa do Distrito Federal e a Universidade de Brasília publicado no Diário Oficial da União nº 23, seção 3, do dia 03 de fevereiro de 2020.

Reportagem divulgada pela UnBTV: <<https://www.youtube.com/watch?v=g8R46otJb4A>> no dia 30 de outubro de 2023.

³ Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal, um periódico científico vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. O trabalho se refere ao volume 7, nº1, publicado em 31 de março de 2020.

⁴ Optou-se por essa escala de faixa etária visto que de acordo com a BNCC as crianças de 6 anos estão no primeiro ano do ensino fundamental, iniciando o processo de alfabetização, portanto, ainda se comunicam de modo mais semelhante às crianças da Educação Infantil, além disso, a faixa etária de 0 a 6 anos é a mais presente na literatura pesquisada.

1. Apresentar reflexões sobre as relações entre museus e público infantil
2. Identificar por meio de pesquisa bibliográfica a literatura que versa sobre o desenvolvimento cognitivo e pedagógico infantil quando se aplicam práticas complementares a partir das práticas museais.
3. Desenvolver uma análise histórica sobre a relevância do papel educativo dos museus no contexto brasileiro.
4. Realizar levantamento das normativas e legislações no âmbito pedagógico no que tange a educação museal e ações educativas nos museus para o público infantil enquanto atividades complementares à educação infantil.
5. Apresentar e analisar os dados do questionário aplicado aos museus do Distrito Federal.

METODOLOGIA

A metodologia aplicada em busca dos objetivos de pesquisa consistiu na revisão bibliográfica, além da análise documental de aparatos legais e questionários encaminhados aos museus do Distrito Federal. A partir da pergunta de pesquisa percebeu-se a necessidade de avaliar se há normativas oficiais acerca da educação infantil e educação básica no Brasil voltadas às propostas de educação não-formal, se há incentivo legal, como se apresentam e como ocorre o desenvolvimento da criança no âmbito escolar.

Para tanto, foi aplicado um questionário online via email aos espaços culturais brasilienses cadastrados no Guia de Museus Brasileiros (2011), o qual conta com 61 instituições culturais localizadas no Distrito Federal - DF. Também adotou-se a plataforma MuseusBr, na qual estão cadastrados 84 museus.

O objetivo do contato foi mapear a recepção do público infantil realizada por essas instituições, os desafios, e também caracterizar a recepção deste público pela equipe técnica responsável pelos museus. As questões apresentaram caráter geral de identificação da instituição, contextualização de área e acervo e sobre o público em geral (serviços de acolhimento, horário de funcionamento, ingresso, quantitativo de visitação), se já realizou alguma pesquisa de público e também perguntas mais específicas sobre as ações educativas voltadas ao público infantil de zero a seis (0 a 6 anos). O questionário "Pesquisa para ações educativas e público infantil" em sua completude consta no apêndice deste trabalho.

A partir das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil já que a Constituição Federal, as políticas públicas e outros dispositivos legais garantem educação básica como um direito de todos, da revisão bibliográfica e da análise dos dados do questionário, propus um conjunto de reflexões e aproximações sobre a importância dos museus no processo de desenvolvimento das crianças pequenas.

Este trabalho se divide em três capítulos. No primeiro, será abordado um breve histórico dos museus, conceitos de museologia e público infantil. No segundo capítulo, o texto versará sobre a legislação pertinente ao tema e como ela se aproxima com a temática museológica apresentada no presente trabalho, e por fim, o capítulo de apresentação e análise dos dados coletados via email a partir do questionário enviado aos museus.

CAPÍTULO 1 - MUSEUS, MUSEOLOGIA E APLICAÇÕES AO PÚBLICO INFANTIL

Do templo das musas aos museus modernos, os museus passaram por alterações em sua compreensão de si e a compreensão de sua função e participação social. Desde os prédios construídos ao lado dos templos onde eram guardadas as oferendas aos deuses; passando pela formação de coleções a partir das grandes explorações e descobrimentos no século XVI e XVII; até chegar à compreensão moderna de museu a partir das doações de coleções particulares (Soto, 2015) e do museu enquanto “fenômeno”, enquanto local que processa o ambiente transformado pela ação do homem e suas implicações, onde ocorrem as práticas museológicas e exposição de bens materiais e imateriais.

O significado dos museus, sua função social e a compreensão da instituição no imaginário dos indivíduos mudou conforme a sociedade, a humanidade avançava nas descobertas tecnológicas, movimentos ideológicos, crescimento populacional, modernização e democratização ocorridas na história. Costumeiramente conhecidos como “lugar de coisa velha”, de salvaguarda de objetos, acusados de reproduzir discursos, valores e interesses das elites, os museus modernos são locais que ressignificam seu espaço na sociedade a partir da mesma, os homens e seus hábitos é que transformam, delimitam e definem o lugar dessas instituições de memória, de história, de narrativa, de fruição, de lazer e educação.

A ressonância dos museus e da museologia, grosso modo, levam a pensar sobre os visitantes, frequentadores dos museus, sobre o indivíduo, visto que a museologia é o estudo da interação do homem-realidade e os museus têm um papel social a cumprir, pensar nos públicos dos museus significa a busca pelos objetivos dessa instituição e da ciência. Quem visita os museus? O que motiva a ir aos museus? Como é a relação do público com o espaço? Como é a relação do público com os objetos? Muitos questionamentos perpassam quando o olhar é direcionado à aos visitantes, sendo eles um aspecto muito importante para os museus e para a museologia. Além disso, pesquisar, conhecer e se comunicar com o público aproxima a instituição de alcançar os objetivos e funções propostos através da melhor aplicação dos recursos disponíveis - humanos e financeiros- enquanto auxilia os profissionais a planejar exposições e ações educativas que melhor atendam aos interesses do público.

Luciana Sepúlveda Koptcke, em 'Bárbaros, escravos e civilizados' (2005), tem como proposta discutir a formação dos grupos que frequentam museus, como são percebidos e como são tratados, dispõe ainda que o público dos museus no Brasil manifesta a força da dimensão política desses espaços quando traz a discussão desses termos - bárbaro, escravo e civilizado - pensando no público dos museus faz a reflexão do lugar dos museus enquanto construtores de narrativas, na escolha dos objetos que compõem o acervo e exposição além disso a imposição de comportamentos adequados dentro das instituições.

Ao pensar no museu como instituição de lazer, contemplação e fruição estética é importante compreender o conceito de estética e da dimensão estética, que aqui será abordado como, dimensão que pressupõe descoberta, que admira e emociona, modo costumeiro, empática e sensível, fio que conecta, o que faz preferir uma coisa a outra nas quais se percebe cuidado, prazer e harmonia (Vecchi, 2006). Sendo assim, os museus possibilitam experimentar conexões, relações, sensibilidade, liberdade e expressividade são locais que conduzem o visitante a um processo de estruturação de pensamento, característico da dimensão estética, que produz processos de evolução e em situações de aprendizagem estimula conexão e empatia.

1.1 Museus e público

A publicação Conceitos-chave de museologia (2013) apresenta três definições⁵, nas quais duas delas serão abordadas no presente trabalho especificamente para o termo "público". A primeira definição é no sentido de tutela, subordinação jurídica, administrativa, dos museus. Segundo esta definição, suas regras são as mesmas aplicadas aos serviços públicos, sendo financiado por impostos e suas coleções de domínio público, nos países latinos, seguem princípios da administração pública⁶.

A segunda definição refere-se aos usuários do museu, à comunidade a qual aquele museu se dirige. É sobre essa definição que geralmente o pensamento é guiado quando se ouve o termo "público" associado aos museus. Mas esses usuários nem sempre ocuparam esse lugar de prestígio, os museus eram locais de produção artística, "lugar de estudiosos", lugar das elites e foi gradualmente dando espaço a um

⁵A terceira definição que é referente aos ecomuseus.

⁶ Em relação aos museus privados para que não haja qualquer ruído em relação a patrimônio ou códigos de ética, o Conselho Internacional de Museu (ICOM) pressupõe uma organização sem fins lucrativos.

público mais amplo e diversificado e a presença desse público fez o olhar e o interesse dos museus pelos visitantes mudar.

Os gabinetes de curiosidades ou câmaras de maravilhas datam do período do Renascimento e continham animais taxidermizados, peças arqueológicas, relíquias, pedras e plantas, eram apresentados mesclando raro, belo e exótico, o acesso era restrito a nobres, religiosos e estudiosos. Pode-se afirmar que a exposição de objetos dos gabinetes foram singularizando-se e deram origem aos museus de história natural e de ciências e estes deram origem aos museus globais, que atraem grandes massas, e aos museus específicos (Breier, 2005), mas a dimensão educativa dos museus se confunde com a criação dos próprios museus.

No Brasil, no início do século XIX, os primeiros museus brasileiros foram criados para fins de pesquisa, estudo das ciências naturais eram espaços públicos mas simbolicamente restritos, pois o público-alvo eram estudiosos, pesquisadores e viajantes. Em documento que oficializa a abertura ao público do Museu Nacional em 1821 existe uma sugestão de quem é o visitante “digno” da exposição, “pelos conhecimentos e qualidades”(Koptcke, 2005, p. 192). Portanto o público infantil não era bem vindo.

Com o passar dos anos e a partir das discussões na área da museologia que envidaram as transformações e reinterpretações dos museus, as revoluções tecnológicas e mudanças sociais e culturais, as exposições passaram a ter um cunho mais educativo. Em outras palavras, o contexto destes eventos passou a ser mais explicativo para o público em geral, sendo que os museus elevaram ainda mais seu patamar para um nível que representa um aparato turístico além de educativo e formador de identidade nacional.

Atender a multiplicidade de interesse e perfis de público esteve presente na história dos museus e ainda é um dos maiores desafios; no caso do público infantil é preciso considerar a necessidade de valorizar suas especificidades.

1.2 Público Infantil

Os estudos sociais, filosóficos e pedagógicos, especialmente a partir do século XVII, sugerem a compreensão de que as crianças tinham particularidades que as diferenciava dos adultos. Desde então, ficou cada vez mais evidente que as mudanças culturais e ideológicas ocorridas na Europa trouxeram a compreensão que as crianças exigiam cuidados especiais e tinham especificidades intelectuais, emocionais e comportamentais (Leite, 2015).

Sem dúvida, mesmo sem propor uma relação direta entre os fenômenos, não há como negar que o período das Revoluções Burguesas na Europa indicou aos regimes políticos a necessidade de estruturar a educação a partir de um projeto de Estado. Um grande número de pensadores cujas ideias protagonizaram o período, desenvolveram também reflexões sobre a questão da educação (Camillo, 2018).

De todos eles, destacamos Friedrich Fröbel (1782 – 1852) que é reconhecido no campo da pedagogia como um pensador ocidental que se dedicou ao trabalho com a primeira infância, ou seja, a faixa etária aqui estudada, dos 0 aos 6 anos e é considerado o “pai” dos jardins de infância.

Procurando não fugir ao objeto de pesquisa, ao longo do século XIX museus e educação apresentam aproximações, desde cursos oferecidos pelo Museu Nacional (Considera, 2015), passando pela presença do tema da pedagogia em exposições nacionais e internacionais (Barbuy, 1999; Kuhlmann Jr, 2001).

A criança passa a ser vista enquanto ser como o é, como fase no projeto em transformação que o homem é (Rússio, 1977 apud Possamai, 2019) como agente produtor de cultura, capazes também de serem agentes de transformação da sociedade. Nesse aspecto, em sendo seres individuais, também devem ter em planejamento ações educativas para promoção do desenvolvimento cultural, que faz parte da construção do ser. Por isso é tão importante que os museus pensem em ações específicas para o público infantil.

O público infantil a que se refere este trabalho são as pessoas, crianças de 0 a 6 anos de idade. As crianças pequenas estão mais receptivas a absorção de valores e bens culturais pois não estão condicionadas pela linguagem verbal ou escrita, estão em processo de conhecimento do mundo e o fazem na maior parte do tempo pelo concreto, através dos objetos, estão ansiosas em dar significado ao mundo ao seu

redor portanto sem pré-conceitos e preconceitos podendo melhor ler e entender os objetos de museu.

Os estudos de público infantil tinham enfoque, em sua maioria, nas relações museus e escolas; às visitas escolares (Pereira, 2019; Almeida, 1997) e ações educativas subordinadas aos objetivos curriculares das instituições formais de ensino. “Os museus atuavam como apêndices do ensino escolar” (Possamai, 2019). A maior incidência desse tema pode ser pela forte influência que a Escola Nova teve sobre os museus, chegou ao Brasil a partir de 1920, em um contexto de mudanças ideológicas e de modelo educacional voltado para o interior das escolas e começam a colocar os museus em uma posição de contribuinte curricular, em propostas que os fizessem dar prioridade às escolas e nesse sentido os museus perderam lugar no diálogo com outros públicos (Lopes, 1991). O “Escolanovismo” veio com uma forte ideia de “museu escolar”, de que os museus eram complementares ao ensino escolar. Apesar de inclinarem os museus demasiadamente para essa função, o movimento foi importante para ampliar o olhar para o público infantil e os museus.

Desde então os estudos têm sido diversificados para um público infantil mais espontâneo, ou seja, a audiência espontânea caracterizada pela espontaneidade de ir ao museu e autonomia em participar ou não, nesse caso, os familiares que levam a criança ao museu e também tem se intensificado as pesquisas e práticas educacionais associadas às exposições e atividades educativas em museus, resultando em mais produção de conhecimento em relação público. Essas pesquisas têm diversificado o enfoque na área de educação em museus ascendendo temáticas de aprendizagem, avaliação de público, análise de exposições e das ações educativas.

Este trabalho investiga o público infantil pois, de modo geral, é o público não contemplado quando se pensa nos acessos e ações expansivas de conhecimento. Neste aspecto, é fundamental que se vislumbre o pensamento voltado na construção de propostas educativas que enfatizem o protagonismo da criança e sua agência enquanto produtora de cultura.

1.3 Museus e Público Infantil

A Educação não formal pode ser entendida como as atividades realizadas fora dos sistemas ditos formais de educação, que complementam algum estudo específico ou não necessariamente e tem por objetivo a aprendizagem de um público específico por meio de atividades direcionadas com interação de objetos. (IBRAM, 2018) e os museus são considerados espaços de educação não formal.

Para as crianças a dimensão estética da experiência é que possibilita a construção de significado com o mundo ao redor, é vetor de aprendizagem, ou seja a partir dos movimentos, contato com coisas, objetos e pessoas, espaços e ambientes que promovem cultura, que passa pelo corpo. Carvalho e Lopes (2016,p.8) afirmam que “atividades lúdicas e o faz de conta no museu contribuem para que esse público se constitua enquanto sujeito, conheça a si, aos outros e as relações que permeiam o universo social”.

Nesse sentido, é importante destacar que o amor pela arte (Bourdieu, 2007) não é adquirido na fase adulta, mas enquanto criança, durante a infância. Por isso, é importante que os museus, como espaços de educação não formal, de fruição e contemplação acolham esse público, haja vista a necessidade de consolidação dos hábitos culturais para que estes tenham impacto na esfera educacional na infância. Essa interação das crianças com o museu acontece enfaticamente a partir das ações educativas e quanto maior a qualidade dos processos estéticos, da ludicidade, da dinamicidade das ações, maior será o impacto na consolidação de hábitos a partir do desejo de vivenciar novos estímulos.

Portanto as aproximações entre o público infantil e os museus são naturais à medida, são reflexo de estudos, pesquisas e anos de transformação no conceito de museu, até chegar ao museu contemporâneo que se vê como parte social e lugar de transformação social, lugar de diálogo, discussão, reconfiguração e constante busca em comunicar e conscientizar a sociedade acerca dos problemas sociais assim como também contribuir para a compreensão do meio em que o indivíduo está quando há diálogo com diversas culturas, afirmação de identidade, pertencimento, memória, história e educação.

Os museus no sentido de potencial para possibilitar experiências de exploração de objetos, assimilação de conteúdos, fruição, diversão e descoberta de mundo pelas crianças pequenas são locais de extrema importância para o desenvolvimento

cognitivo, para que se desenvolva o hábito cultural de visitar museus. A experimentação da criança nos espaços de museus contribuem para o processo cognitivo, formação de inteligência, memória, consciência individual, identidade nacional e senso comunitário.

Carvalho e Lopes (2016) sugerem aos museus uma abordagem de organização do tempo, do espaço e do objeto para o acolhimento das crianças pequenas. A elaboração das atividades exige da equipe do museu conhecimentos pedagógicos pois é importante que as ações educativas sejam dinâmicas e interativas proporcionando ao público infantil emoção e imaginação para que haja uma experiência sensível e interpretação crítica acerca da proposta expositiva e dos objetos, o público infantil precisa de um trabalho mais consistente, precisa de algo que vá além da contemplação. Na seção que segue, serão observadas como estas ações educativas decorreram a partir dos pressupostos normativos.

CAPÍTULO 2 - EDUCAÇÃO MUSEAL E LEGISLAÇÕES

No que concerne à legislação aplicada à educação museal, há que se mencionar o disposto na Constituição Federal de 1988. Segundo a Carta Magna, em seu art. 205, a educação pode ser definida como um direito de todos e dever da família e do Estado sendo promovida, incentivada e com colaboração da sociedade a fim de cumprir com objetivo de desenvolvimento do indivíduo para exercício pleno da cidadania e qualificação para o trabalho.

O artigo 215 da CF/88 dá ênfase ao aspecto cultural e sua contribuição ao desenvolvimento da pessoa garantindo pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes culturais. Inere-se desse artigo que a escola como primeira instituição a que está associada à Educação, representante do Estado, assume a responsabilidade de dar acesso aos bens culturais. A educação acontece em diversas esferas sociais e nos mais variados espaços, em comunidades, nas instituições formais de ensino, em diferentes níveis de complexidade, de interações com indivíduos e objetos. Os museus se destacam como alternativa para o cumprimento pleno de um direito constitucional de acesso a bens culturais, pois são instituições com relação direta com o patrimônio cultural, a construção e comunicação de narrativas produtoras de identidade individual, nacional e coletiva.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB), esclarecendo que educação abrange processos que se desenvolvem na vida familiar, no convívio social, nas instituições de ensino e pesquisa, por movimentos sociais e manifestações culturais. A LDB tem por finalidade demonstrar os princípios normativos que regem o desenvolvimento do indivíduo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

A LDB ainda estabelece a Educação Infantil como o processo de educação destinado às crianças de 0 a 5 anos. Em alguns parágrafos do artigo 26 da LDB é previsto que o ensino da arte (artes visuais, dança, música e teatro, principalmente as expressões regionais) é componente curricular obrigatório. A LDB ainda estabelece a Educação Infantil como o processo de educação destinado às crianças de 0 a 5 anos.

Já as propostas pedagógicas que constam no artigo 6 da resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009 devem garantir que as instituições escolares cumpram sua função sociopolítica e pedagógica promovendo a igualdade de oportunidades

educacionais entre crianças de diferentes classes sociais quanto ao acesso aos bens culturais.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da **comunidade** (Brasil, 1996, grifo nosso)

Considerando o disposto no artigo 29 da LDB, considera-se que as atividades promovidas no âmbito educacional voltadas para a primeira infância podem ser complementadas a partir do que se apresenta nos espaços dos museus. Além disso, segundo Bourdieu (2007) o gosto pela arte não é expressão individual, é uma construção das estruturas sociais e **familiares**, o seio familiar é parte central da transmissão de valores, princípios, padrões culturais que formam um indivíduo, portanto as famílias têm papel fundamental quanto ao acesso das crianças aos espaços culturais. Estes espaços apresentam o conjunto de abordagens lúdicas, pedagógicas e intelectuais voltadas para a promoção do ensino integral nas esferas psicológica, física, social, intelectual e cultural, numa abrangência bastante integrativa e voltada ao que compete à legislação vigente.

Ainda complementando o que versa o art. 29 da LDB, Bourdieu (2007) afirma que a “necessidade cultural” é fruto da educação, da ação da escola e a cultura não é um privilégio natural, mas que são necessários meios para que todos possam tomar posse. Quando a LDB prevê obrigatoriedade no ensino da arte em suas diversas linguagens vê-se os esforços do Estado em diminuir as desigualdades de acesso à cultura e aos bens culturais. O artigo 26-A traz como conteúdo programático a história e cultura do Brasil acerca da formação populacional a partir de diferentes grupos étnicos: africanos, indígenas e a luta dos negros, assim como suas culturas contribuintes a formação da sociedade nacional nos âmbitos político e socioeconômico. Ainda reforça que o conteúdo deve ser abordado no âmbito de todo o currículo, principalmente na arte, na literatura e na história.

Referindo-se especificamente às crianças pequenas de 0 a 5 anos, o art. 7 da Resolução nº 5, de 2009, no inciso V das diretrizes curriculares para a educação infantil prevê que as instituições de ensino formal construam formas de sociabilidade e subjetividade comprometidas com a ludicidade, democracia, sustentabilidade do planeta e **rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa**. Os museus estão em constante renovação, se redescobrando, por isso estão cada vez mais alinhados às propostas

pedagógicas das instituições formais de ensino e são uma opção para reforçar os objetivos propostos.

VIII - a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;

IX - reconhecimento, valorização, o respeito e a interação das com crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação;

(Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 5. 2009, Art. 8º, incisos VIII e IX)

As discussões para reflexão e desconstrução de narrativas que reforçam preconceitos assim como também as pesquisas na área vem mostrando a preocupação dos museus em assumir seu papel social em contribuição à provocação de diálogos, reflexão e compreensão das etnias indígenas, africanas e a cultura negra mas só recentemente vê-se ações que de fato concretizam essa vontade como por exemplo a tese de Inocêncio da Silva (2013) que trata o contexto de criação do Museu Afro-Brasil em 2004, localizado na cidade de São Paulo, que apresenta temas sobre religião, trabalho, arte, escravidão e outros para abordar a trajetória histórica e as influencias africanas e afro brasileiras na construção da sociedade brasileira.

Outro museu que dialoga com o artigo 26-A da LDB é o Memorial dos Povos Indígenas, em Brasília, que, *a priori*, na década de 1980, foi pensado a fim de concretizar a transferência do Museu do Índio do Rio de Janeiro para a capital. Diversas conversas com o Governo do Distrito Federal (GDF) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) aconteceram para o andamento do projeto, mas o então governador decidiu destinar o prédio ao Museu de Arte Moderna de Brasília. Logo houve revolta da comunidade indígena e seus apoiadores e após várias tentativas frustradas de abertura do espaço, hoje aberto, em funcionamento, recebendo em média 100 visitantes diariamente representa diferentes etnias indígenas e suas lutas no coração do país.

Tanto o Museu Afro-Brasil quanto o Memorial dos Povos Indígenas são instituições que demonstram dialogar com a proposta da LDB em fazer conhecida, discutida e divulgada as lutas indígenas, negras, africanas e afro-brasileiras para a construção da nação brasileira. Os museus são potentes para contribuir com os objetivos da Educação Básica alcança, enquanto locais que se reformulam a fim de provocar reflexão acerca de diferentes manifestações culturais e artísticas quanto de proporcionar ao visitante experiências dinâmicas, interativas, lúdicas e sensíveis, por

isso são de extrema importância para o desenvolvimento sociocultural e pedagógico. Os museus como instituições de memória e formadores de opinião constroem narrativas que geram discursos, por isso os debates da área são de extrema importância para que o museu esteja em constante reflexão sobre o que comunica.

A Resolução nº5, de 2009, traz como proposta pedagógica aspectos estéticos que dizem respeito à criatividade, a ludicidade, a sensibilidade e a liberdade de expressão nas diferentes manifestações artísticas e culturais e ainda no artigo 8º propõe garantia de acesso a processo de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens. Considerando a brincadeira e a criatividade como forma de expressão e linguagem da criança e ação essencial à sua compreensão de mundo, o ambiente não formal de museu, enquanto há experimentação de histórias, outras infâncias, culturas e linguagens através dos objetos expostos e outras diversas formas de comunicação utilizadas pelos museus, possibilita a construção de novos pensamentos, significados e associações do mundo ao redor para as crianças pequenas.

O Estatuto de Museus no artigo 29 prevê que “Os museus deverão promover ações educativas, fundamentais no respeito à diversidade cultural e na participação comunitária, contribuindo para ampliar o acesso da sociedade às manifestações culturais [...]” (Brasil, 2009). Nesse sentido, ao se pensar a função educativa dos museus no âmbito das legislações e da educação como direito de todos e sendo a capacidade transformadora dos sujeitos com vistas à transformação do mundo, infere-se que os museus têm a proposta de serem facilitadores de acesso e garantir a qualidade desse acesso para ampliação cultural e social e as instituições formais de ensino com base em seus aparatos legais possuem o dever de proporcionar essa abertura de leque de experiências diversas às crianças como compromisso para o desenvolvimento individual.

A discussão feita até aqui ocorreu pela compreensão de que primeiro é preciso definir o que se entende por educação e sua relação com os museus para só então trabalhar com a educação museal. A dimensão educativa dos museus é amplamente discutida desde que a Museologia passou a ser compreendida como uma ciência, a realização do Seminário Regional da Unesco, no Rio de Janeiro, em (1958 foi um marco para a discussão da função educativa dos museus, a partir desse encontro percebe-se a preocupação dos educadores em pensar técnicas e métodos a serem

aplicados para as ações educativas realizadas nos museus, mas somente no final do século XX a partir da Mesa Redonda de Santiago do Chile em 1972 os museus passam a ter um visão de museu integral e a educação como função fundamental para o cumprimento da sua função social.

Mais recentemente, a Política Nacional de Educação Museal (PNEM) foi uma construção coletiva por meio de encontros remotos e presenciais regionais e nacionais de profissionais da educação e norteia as práticas educacionais dentro das instituições e nos processos museológicos no Brasil. O Caderno da PNEM, lançado em 2018, também apresentou contribuições significativas para a implementação da política. Ele está organizado em 5 princípios bases: i. a educação museal é função de todos os museus, a partir da PNEM a educação foi incorporada às funções “consagradas” do museu de preservação, comunicação e pesquisa. ii. a educação museal é um processo de múltiplas dimensões (teórica, prática e de planejamento) portanto necessário constante diálogo com a sociedade iii. um **setor educativo** com recursos humanos e financeiros próprios; iv. programas educativo e cultural que integre o plano museológico da instituição; v. espaços de educação e promoção da cidadania. A partir desses princípios são desenvolvidas 19 diretrizes distribuídas em 3 eixos: a) organização administrativa e financeira da educação museal; b) desenvolvimento da educação museal no campo acadêmico e profissional; c) relação museu e sociedade.

Nesse sentido, a Educação Museal pode ser entendida como uma política pública fomentada por organismos institucionais que busca a definição de conceitos, construção de parâmetros e atuação a serviço do fortalecimento político e institucional de um fazer educacional nos museus a partir da participação dos educadores dos museus. (Pereira, 2019). A Educação Museal é um conceito relativamente novo, de forma resumida e mais prática são “ações educativas pensadas e implementadas no espaço museal” (IBRAM, 2018, p.14).

Já as ações educativas são aqui consideradas como a junção entre a capacidade transformadora dos sujeitos com vistas à transformação do mundo, ou seja, os processos educativos, e a dinamicidade e ludicidade próprias dos museus que os tornam locais privilegiados para o processo de produção e criação humana. Portanto, ações educativas podem ser consideradas como a materialização da dimensão educativa e do papel social dos museus.

A importância social dos museus, da função educativa, da qualidade das ações educativas e atenção ao cumprimento do que sugere a PNEM se destaca ainda mais na **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**, a qual define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, esclarece que as bases que sustentam o projeto nacional de educação são de responsabilidade do poder público, da família, da sociedade e escola para garantir princípios básicos como igualdade de acesso, inclusão e **permanência nas escolas**; pluralismo de ideias; respeito à liberdade, **valorização da experiência extraescolar**; entre outros.

Art. 22º A Educação Infantil tem por objetivo o desenvolvimento integral da criança, em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual, social, complementando a ação da família e comunidade. (Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010)

A Resolução, quando trata sobre a permanência do educando traz a qualidade social como um pressuposto para tal objetivo e nesse sentido a revisão de referências conceituais abrangendo espaços fora da escola; resgate e respeito às várias manifestações da comunidade; integração dos profissionais de educação; dos estudantes; das famílias e dos **agentes da comunidade interessados na educação**; realização de parceria com órgãos de assistência social, ciência e tecnologia, turismo, **cultura e arte** permite compreender que valorizar a experiência extraescolar contribui com a permanência nas escolas.

Nesse sentido os museus como instituições de poder que agregam valor à sociedade como equipamento indispensável para bem estar social, indispensável para bem estar social, caracterizando a cidade como moderna, possivelmente até através de sua arquitetura, proporcionando opções de lazer, de pertencimento, de memória, de história ou representatividade quando se apresentam como parte de uma comunidade qualifica o meio, reforça o sentimento de qualidade de vida social contribuindo para a permanência escolar.

Acerca do currículo, a CNE/CEB nº4, no artigo 13º, § 1º deve difundir a promoção de práticas educativas formais e não-formais. A Base Nacional Comum Curricular da Educação Básica (BNCC) é formada por conhecimentos, valores e saberes produzidos culturalmente como a produção artística; nas diversas formas de exercício da cidadania; nas instituições produtoras de conhecimento científico e tecnológico; nos movimentos sociais e desenvolvimento das linguagens; e integram a

base o conhecimento do mundo físico, natural, da realidade social e política; estudo das culturas afro-brasileiras e indígena, da Arte em suas diferentes formas de expressão. Os museus são complementares ao ensino formal quando apresentam diversidade ao comunicar cada um desses temas da base comum curricular.

Adicionalmente, estes espaços são significativamente associados às propostas educativas e pedagógicas das escolas, haja vista a inter-relação entre seu papel social e educacional, promovendo diferentes interpretações em linguagens diversificadas da história brasileira, afro-brasileira e indígena nas mais variadas tipologias. “Garantir o espaço e tempo em instituições culturais é garantir o direito à brincadeira, à convivência e à interação.” (Martins; Carvalho e Relher; 2021. p. 1090) Por isso o acolhimento dos indivíduos nesta faixa etária é tão importante para as próprias instituições e para a sociedade.

As crianças são sujeito do agora, do presente, como cidadãos possuem o direito de acessar os bens culturais e a recepção das instituições culturais a esse público é garantir esse acesso, acesso a criações da humanidade nas artes, ciência e história. Para Vigotski (2009 apud Lopes; Carvalho, 2021) desde a infância as experiências em meio cultural produzido historicamente pela humanidade devem ser viabilizadas e ampliadas para criar bases sólidas de ativação da criação humana.

O artigo 8 da resolução nº 5 de 2009 do CNE também define como eixos norteadores as brincadeiras e interações que proporcionem conhecimento de si e do mundo através da ampliação de experiências, favorecimento da imersão em diferentes linguagens, vivências estéticas e éticas com outros grupos culturais para alegar seu reconhecimento de diversidade; promover relacionamento e interação com as artes (cinema, música, dança, teatro, fotografia) além do conhecimento e interação com as tradições e manifestações culturais. Reforçando as discussões anteriores, a legislação prevê o estreitamento das relações museus e crianças visto que possibilitam ampliar tais experiências como locais de interações com arte, diversidade de culturas, grupos e com a estética.

Nesse aspecto, em função do que foi discutido neste capítulo a partir das legislações apresentadas no âmbito da museologia para a educação, a seção subsequente tratará dos resultados do questionário.

CAPÍTULO 3 - ANÁLISE DE DADOS DOS MUSEUS DO DISTRITO FEDERAL

Para essa etapa do trabalho houve a análise de informações sociodemográficas e demais características dos frequentadores dos museus do DF por meio de questionário elaborado mediante formulário do Microsoft Office, enviado via email, sendo que o período de coleta de dados ocorreu de 23 de outubro a 14 de novembro de 2023.

O Instituto Brasileiro de Museus lançou, em 2011, o Guia Brasileiro de Museus, as informações constantes no Guia foram coletadas pelo Cadastro Nacional de Museus de 2006 a 2011, instrumento com fins de conhecer e mapear os museus brasileiros, além de ampla divulgação para a sociedade.

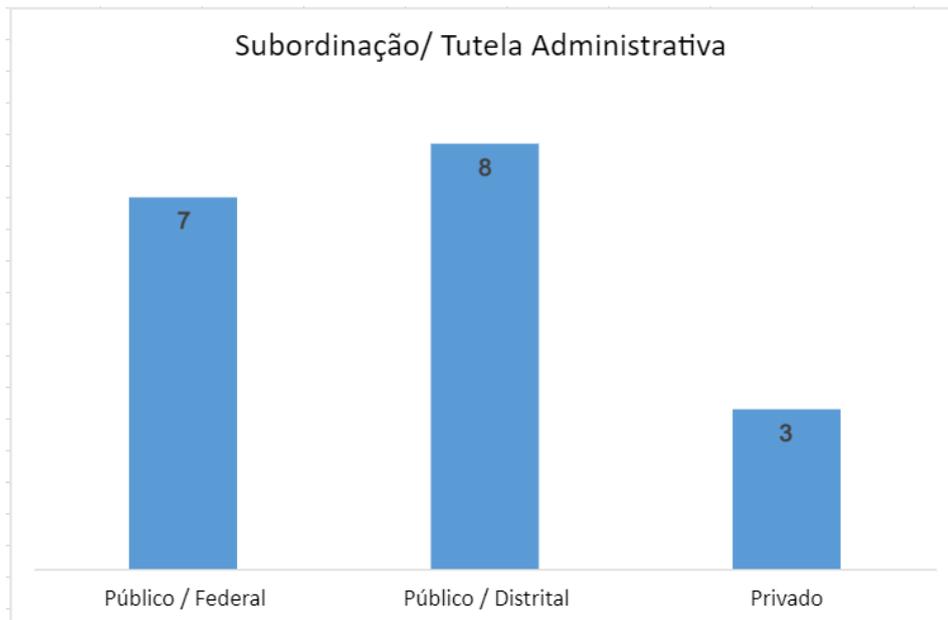
A partir de 2015, com a coleta do CNM, o IBRAM deu acesso aos dados através da plataforma MuseusBr⁷ que apresenta o cadastro de 84 instituições no DF. Tendo em vista o tempo em que o material foi divulgado e apesar dos constantes esforços da instituição em manter atualizado o cadastro dos museus através da plataforma, o cenário encontrado na tentativa de contato com os museus do DF foi de informações desatualizadas e inconsistentes. Após a tentativa de atualização dos contatos das instituições via telefone e e-mail, o questionário foi enviado a cinquenta e quatro (54) museus, havendo respostas por dezenove (19) instituições sendo uma delas, uma recusa.

O objetivo do questionário consistiu na investigação das ações educativas, específicas para o público de 0 a 6 anos, oferecidas pelos espaços culturais, museus do DF, além dos mecanismos pelos quais este público é recepcionado e tratado nestes ambientes. O formulário foi apresentado em dois blocos de perguntas, sendo o primeiro com perguntas mais gerais sobre a instituição e seu funcionamento, e em seguida, um bloco com perguntas mais específicas acerca do público infantil, das percepções do museu sobre sua relevância em contribuir para o desenvolvimento da criança, os desafios com o público e sua maneira de lidar.

Após o período de aplicação do questionário, dezoito (18) instituições responderam aos itens da pesquisa, trinta e cinco (35) não responderam e uma instituição se recusou. A figura 1 mostra que a maioria das instituições é pública, sendo que sete (7) públicas e federais; oito (8) públicas e distritais e três (3) privadas.

⁷ Para segurança do usuário e das informações coletadas e disponibilizadas, quanto a veracidade, a plataforma será descontinuada. Acesso em: <<https://cadastro.museus.gov.br/>>. Uma nova ferramenta para acesso aos dados do CNM está sendo desenvolvida pelo IBRAM.

Figura 1. Categorização das instituições por sua Subordinação/Tutela Administrativa



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Sobre a criação das instituições, seis (6) instituições foram criadas nos últimos 23 anos e dez (10) instituições criadas entre 1950-1999; uma instituição ainda não foi oficialmente criada e uma instituição declarou ter sido criada em 1891. Este quadro retrata a ascensão da área da museologia e das instituições museológicas no DF, tendo em vista a criação de seis (6) instituições nos últimos 23 anos, indicando um quadro estável e consolidado nesta área.

Sobre a tipologia de acervo dos museus é possível observar na tabela 1 abaixo que muitos dos museus se declaram museus de história mas a maioria deles possui um acervo diversificado e se identifica com mais de uma tipologia. Sendo que oito (8) dos dezoito museus se identificam com uma ou mais tipologia de acervo.

Tabela 1 Natureza do acervo

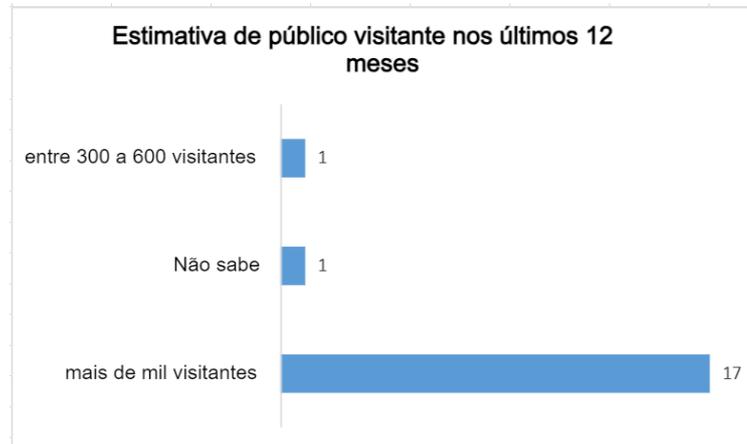
Natureza do acervo:	
História	7
Artes	2
Ciências Naturais	1
Artes e História	1
História; Outro	2
História e Ciência e Tecnologia	1
Artes e Ciência e Tecnologia	1
Artes; Ciência Naturais; Outro	1
Artes, Antropologia; História; Ciências Naturais; Outro	1
Outro	1

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Acerca da estimativa de público, todos os museus declararam um público frequentador, nos últimos 12 meses, de mais de 1000 visitantes. A maioria das instituições contabiliza o número de visitantes a partir de mais de um método ou de um método não sugerido no questionário, das opções presentes no formulário: quatro instituições utilizam livros de assinatura (4) e visitas agendadas (2) de forma exclusiva; apenas uma das dezoito (18) instituições cobra ingresso e por esse motivo nenhuma das instituições declarou a bilheteria como forma exclusiva de contabilização do número de visitantes.

Seis (6) instituições não informaram quando começaram a coletar o número de visitantes e das doze (12) que dataram o início da contagem, a maioria começou no século XXI, a partir dos anos 2000. Isso se deve tanto à criação das instituições quanto ao interesse dos museus sobre os visitantes que têm mudado ao longo dos últimos anos e a percepção das vantagens em conhecer os diferentes públicos.

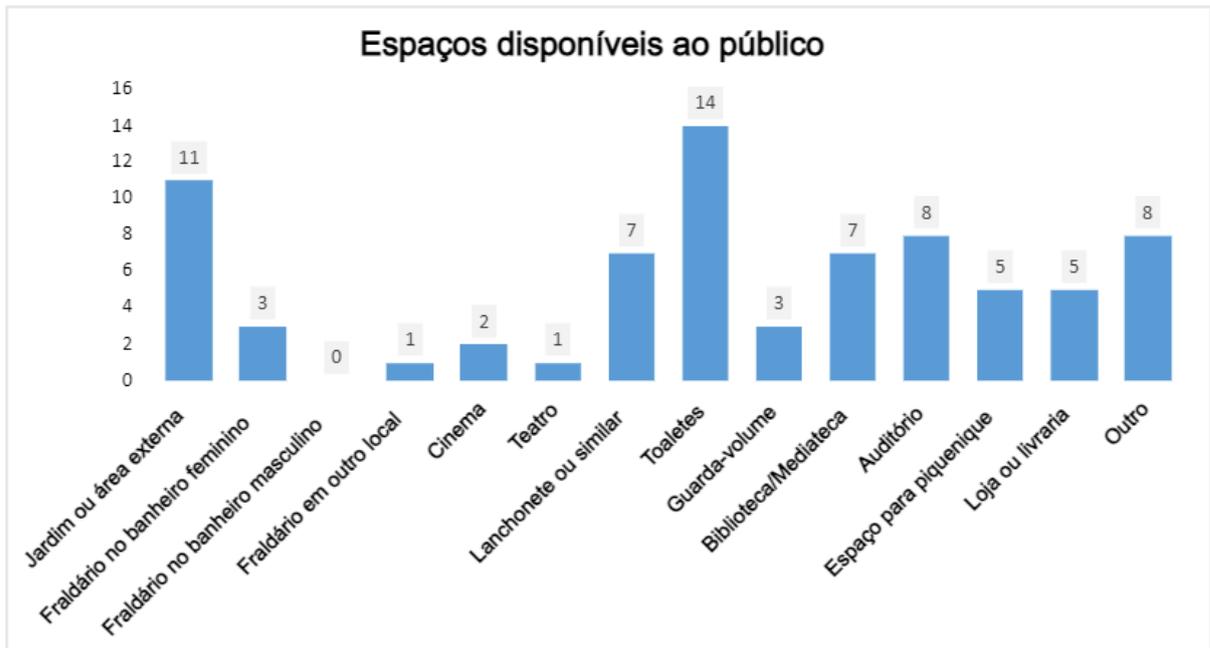
Figura 2. Quantitativo de público visitante.



Fonte: Elaborado pela autora (2023).

A figura 3 apresenta as informações acerca dos espaços disponíveis ao público. É possível observar que 63,1% das instituições oferecem jardim ou área externa; apenas quatro (4) instituições declaram ter um fraldário e destas duas oferecem fraldário fora do banheiro feminino; 42,1% das instituições têm lanchonete ou similar e 26,3% oferecem espaço para piquenique. A disponibilidade desses serviços chama atenção pois são aspectos relevantes tanto para o público infantil quanto para a escolha familiar de visita ao museu, além de a disponibilidade de diferentes formas de uso dos espaços ser importante para a experiência das crianças pequenas.

Figura 3. Categorização dos museus de acordo com os espaços disponíveis ao público.



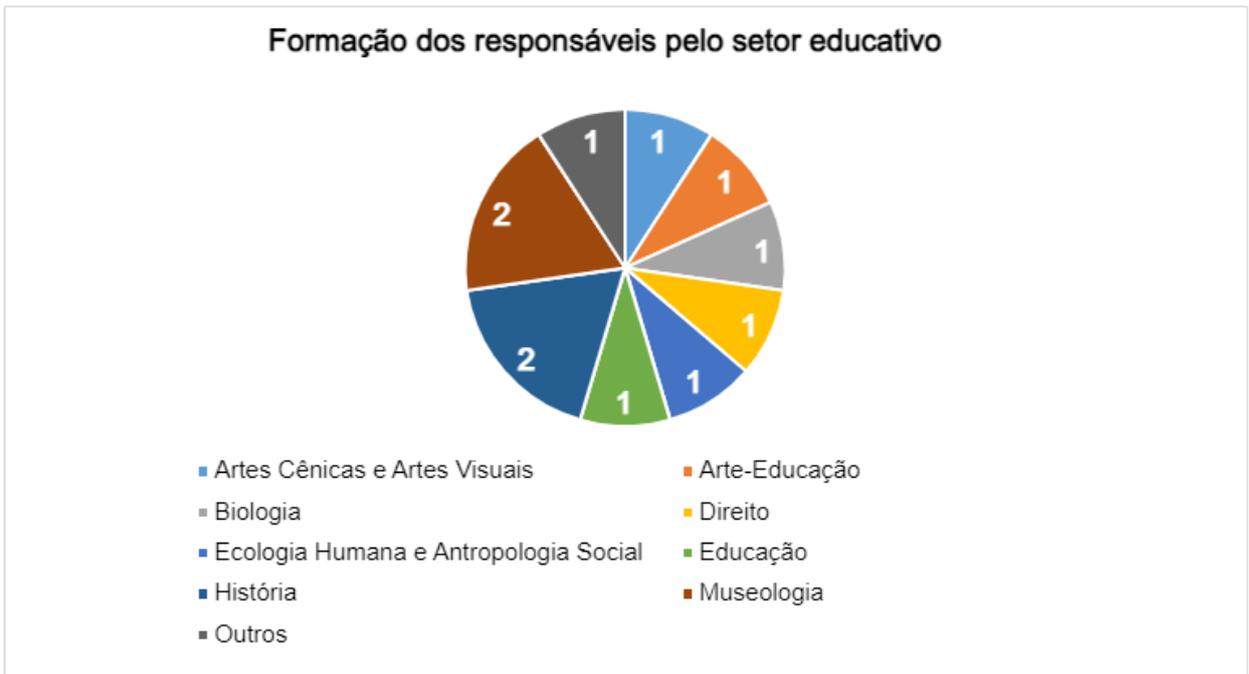
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Quando se observa a disponibilidade dos espaços disponíveis é possível verificar a variedade para as famílias e outros tipos de público, espaços como lanchonetes, cinema, auditórios, loja porque os museus não são mais locais apenas de fruição e contemplação mas também de lazer e de encontros.

Acerca dos serviços e atendimento oferecido ao público, os museus abrem com mais frequência de terça a domingo, de 9h às 17h, A maioria das instituições oferecem serviços de agendamento; atendimento a professores para preparar a visita; visitas guiadas; atendimento especial para grupos (escolares/outros); publicações; oficinas, seminários, conferências e palestras; já material de apoio à visita para escolares ou demais grupos é o serviço menos oferecido dentro todos os outros.

Sobre a existência de um setor educativo, sete (7) das dezoito (18) instituições declararam não possuir um. A maioria dos museus declarou não ter uma verba específica para o setor educativo e ações educativas em desacordo com o que sugere a PNEM. É importante destacar que a ausência de um setor educativo não significa a ausência de atividades educativas. As demais instituições que possuem setor educativo tem como responsáveis profissionais de diversas formações, conforme figura 4.

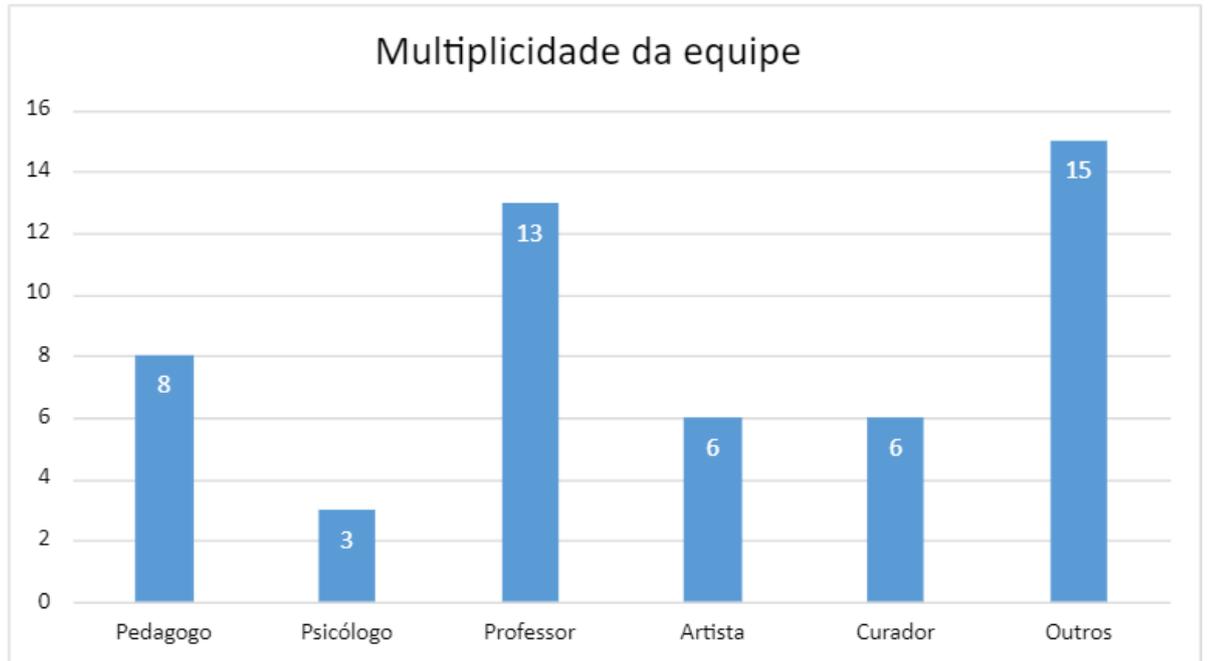
Figura 4. Categorização dos museus de acordo com a formação dos profissionais responsáveis pelo setor educativo.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Sobre a multidisciplinaridade da equipe que atua nos museus, dezesseis (16) declararam ter uma equipe diversificada e duas não. Nesse sentido, cabe pensar no conceito de museu integral como instituição que compreende ser instrumento de transformação social e busca refletir sobre diversas esferas da totalidade dos problemas sociais. A interdisciplinaridade dos profissionais que atuam dentro dos museus garante uma visão global de educação proporcionando ações educativas com mais qualidade.

Figura 5. Categorização dos museus de acordo com a formação dos profissionais que compõem a equipe do museu.



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Sobre pesquisa de público, dez (10) instituições declararam que não realizam e não realizaram pesquisa de público e oito (8) instituições realizam ou já realizaram pesquisa de público. As pesquisas realizadas pelas oito instituições são, de forma geral: de satisfação; perfil de público; pesquisas com alunos e professores; pesquisa de opinião e qualitativa.

Em seguida serão analisados os dados acerca das perguntas específicas sobre o público infantil de 0 a 6 anos que, no questionário, foi dividido em quatro grupos para melhor visualização das informações sobre as crianças, portanto, foi perguntado sobre a faixa etária do público infantil atendido de 0 e 1 ano, correspondendo a 25%; de 1 e 2 anos correspondendo a 31,3%; de 3 e 4 anos de 50% e de 5 e 6 anos 68,8% do público atendido nas dezesseis (16) instituições que declararam possuir informações sobre a faixa etária do público visitante porque duas instituições declararam não possuir a informação da faixa etária do público visitante. Sobre a frequência do público infantil, quatro instituições declararam que não sabem, uma instituição declarou nunca receber público infantil e a maioria declarou receber o público infantil ao menos uma vez por mês. Onze (11) instituições afirmam que são realizadas ações específicas

para o público infantil, e as visitas guiadas e oficinas educativas são as mais frequentes, na figura 6 abaixo é possível visualizar as principais demandas por atividades.

Figura 6. Categorização dos museus por demandas por atividades



Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Os museus foram questionados sobre as condições para atendimento ao público infantil e 61%, ou seja, onze (11) instituições consideram oferecer condições à recepção do público infantil, sendo que 72% (n=13, de 18) das instituições não fazem nenhuma avaliação das atividades realizadas com o público infantil.

Sobre o que as instituições consideram desafios para o acolhimento / recepção para a realização das ações educativas: adequação à linguagem e do acervo foram os desafios mais apontados, em seguida apresentação didática do conteúdo; a elaboração das atividades educativas e o treinamento da equipe. Na tabela 2 abaixo vê-se as respostas da pergunta aberta sobre os desafios apontados pelos informantes dos museus.

Tabela 2 Desafios para recepcionar o público infantil

Especificações de desafios
Adequação do espaço e de acessibilidade aos estudantes.
Materiais sensoriais para trabalho educativo.
As imagens do acervo estão altas para crianças e cadeirantes.
Não há a possibilidade de interação com o acervo.
Falta de recursos humanos.
Que as crianças tenham acesso a internet para poder entrar no museu virtual
Acessibilidade das instalações físicas
Divulgação das atividades
Dificuldade de transporte de crianças.
Contratar educadores para o público infantil e iniciar a programação infantil

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Sobre a tabela 2 é possível observar que acessibilidade, adequação das instalações físicas e a chegada das crianças ao local foram pontos colocados. Apenas quinze (15) instituições declararam registrar dados sociodemográficos sobre o público infantil. Acerca dos espaços disponíveis ao público infantil, cinco (5) instituições declararam ser a área comum de visita para todos os públicos mais que ainda oferecem uma ação educativa e a maioria dos museus declarou apenas a área comum de visita.

Sobre a mediação específica para o público infantil, 55% das instituições não realizam, 44% das instituições declararam realizar e o tempo médio é de uma hora. As respostas desta pergunta traz uma provocação tendo em vista os resultados acerca da pergunta sobre as ações específicas que a maior demanda é de visita guiada que pode ser entendida como mediação, termo que vem substituindo o uso dessa.

Acerca da opinião das instituições se deveria haver alguma mudança para acolhimento do público infantil, doze (12) responderam sim e seis (6) responderam não.

Na tabela 3 abaixo estão descritas as respostas sobre como o museu vê sua importância para a formação sociopedagógica do público infantil, vale ressaltar que a autora escolheu preservar a identidade das instituições, portanto quando foram mencionados os nomes das instituições substituímos por termos gerais como Museu e Instituição.

Tabela 3 Opinião dos museus sobre sua importância para a formação sociopedagógica do público Infantil.

Como o museu entende sua importância para a formação sociopedagógica das crianças?
Entendemos ser primordial a educação para a cidadania com a abordagem em Patrimônio Cultural, trata-se de prepara na e para a vida real e prática.
Especificamente o acervo do Museu está diretamente relacionado com o conteúdo tratado na escola, em especial para o 4º ano, onde algumas escolas tratam o conhecimento da história de Brasília como um projeto com distintas atividades que incluem visita a Museus, dentre outros espaços. A visita ao espaço museal por parte das escolas públicas está restrita a oferta de transporte gratuito.
A temática desses museus não é necessariamente voltada às crianças de 0 a 6 anos. No entanto, é importante, embora ainda carente de ações, para crianças que já estão cursando o ensino fundamental 1.
A importância se dá justamente no sentido de ampliar o conhecimento dos alunos para fora da sala de aula, de forma mais lúdica.
O museu deve estimular a curiosidade, o desejo de aprender mais, de tal maneira que não são todos os museus que conseguem isso, senão que fica parecendo que museu é um lugar que junta coisas velhas que não tem importância para o mundo atual, portanto, é urgente que os museus sejam mais criativos, estabeleçam uma comunicação verbal e visual que atraia a atenção das crianças.
Importante meio de socialização, propiciando o contato das crianças com a arte, o museu é um lugar de experiência educativa.
Fundamental para a compreensão do papel e relevância da Instituição e do Poder Judiciário.
A educação é uma das finalidades primordiais dos museus. A educação museal compreende o conjunto dos processos teóricos e práticos pelos quais o museu firma-se como mediador para a sociedade. Entre os bens musealizados, com sua carga de significações, e a comunidade, portanto, pode-se estabelecer uma relação construtiva, por uma educação museal formadora de consciências reflexivas e transformadoras da realidade.
O arcabouço da Educação Museal compõe-se de um complexo peculiar de conteúdos, abordagens e metodologias aplicadas no desenvolvimento das ações educativas implementadas em museus.
a instituição tem no seu cerne a missão educativa. O público infante juvenil é um dos principais públicos para o qual as ações desenvolvidas são voltadas.
A iniciativa de trabalhar com o público infantil partiu do educativo e não do museu.
É de suma importância o museu estar inserido na formação sociopedagógica das crianças, e os professores poderiam utilizar o museu para atividades extra classe.

A criança é o vínculo de informações que ela aprende nos espaços educacionais com a família que vive. Ela possui o "poder" de dialogar com os familiares, colocar sua opinião e fundamentar. Muitas vezes, conseguem mudar conceitos dentro da própria família e, assim, ser passado para as pessoas que convive. Por isso, esta instituição tem ações especiais para o público infantil no que se refere à conservação de fauna e preservação ambiental.

Como um espaço interativo, o memorial tem o objetivo de promover o diálogo e o desenvolvimento crítico das crianças a partir da exposição da história da justiça e das relações sociais de trabalho.

Para que o museu cumpra sua função social total é necessário que haja uma construção coletiva de conhecimento, e nessa seara o papel educativo do Museu é, além de apresentar seus bens musealizados, contextualizá-los de forma lúdica e crítica. O público-alvo do programa são alunos de educação básica, prioritariamente da rede pública de ensino. O Museu proporciona aos alunos a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido pela Justiça Eleitoral, bem como um ambiente para discussão sobre processo eleitoral, direito ao voto, à cidadania e à democracia.

Divulgação da ciência, despertar o interesse pela ciência, complementar conteúdos trabalhados em sala de aula e ensinar sobre biodiversidade e sua importância.

O museu é muito novo, estamos ainda estabelecendo suas áreas e departamentos. Estamos planejando atender este público infantil com programação corretamente e direcionada para este público com pessoas preparadas.

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribuiu para reflexões sobre o lugar da criança no museu e aproximações do público infantil e instituições culturais. Os museus são potentes enquanto locais que possibilitam a sensibilidade humana que por consequência transforma o mundo. Os museus possibilitam momentos lúdicos de aprendizagem ao público infantil e o estudo mostra a importância de preencher as lacunas das especificidades da infância que ainda demonstra ser pouco compreendida já que um dos desafios apontados pelas instituições foram adequação à linguagem e do acervo a forma didática de apresentação do conteúdo e a elaboração das atividades.

Consideramos positiva a devolutiva das instituições sobre o questionário, demonstrando que há preocupação em estudar, conhecer e se fazer conhecidas pelo público. As respostas sugerem que os museus estão preocupados em incluir cada vez mais o público infantil que considera pensar ações educativas e melhorias no espaço, no acolhimento para melhor recepção do público de crianças pequenas. Apesar de enfrentarmos dificuldade de comunicação com a maioria das instituições procuradas, em alguns casos contato foi feito por intermédio do email disponibilizado para marcação de visitas e não houve resposta. Isso pode sugerir um entrave comunicacional não somente no que tange à pesquisa em si, mas também ao próprio acesso desejável do público à equipe gestora do museu, caso necessário.

Pela diversidade de espaços oferecidos pelos museus compreende-se que há empenho em atrair o público de famílias e crianças e a partir das tipologias dos museus entende-se que há maior procura escolar e as ações educativas voltadas ao público escolar estão em constante melhoramento. A pesquisa também sugere que há esforços por parte do Estado e das instituições para elaborar ações educativas e superar os desafios para acolhimento das crianças pequenas, que há entendimento da importância do desenvolvimento cognitivo a partir da experimentação em ambientes informais de educação e os museus se beneficiam enquanto incentivam os usos dos espaços, estimulam a curiosidade, a imaginação e contribuem para a sociedade.

Em síntese, melhorar as condições e possibilidades de atendimento para o público infantil nesses espaços parecem ser um caminho para que as crianças, como cidadãos, usufruam de seus direitos de acesso a espaços de cultura, fruição e lazer. A pesquisa se propõe ao diálogo entre Educação, Público Infantil, Museus e Museologia

com entendimento de que essas aproximações dão qualidade ao atendimento das crianças pequenas nesses espaços e estimulam acesso aos bens culturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, A. M. **A relação do público com o museu do Instituto Butantan: análise da exposição 'Na natureza não existem vilões'**. 1995. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995. doi:10.11606/D.27.1995.tde-08092004-145801. Acesso em: 2023-11-13.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- BARAÇAL, A.B. **O objeto da museologia: a via conceitual aberta por Zbynek Zbyslav Stránský**. 2008. 126p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio, UNIRIO/MAST, Rio de Janeiro, 2008.
- BARBUY, H. **A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial**. São Paulo: Loyola, 1999.
- BOURDIEU, P; DARBEL, A. **O Amor pela Arte: os museus de arte na Europa e seu público**. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira - 2ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Porto Alegre: Zouk, 2007.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988.
- BRASIL. **Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009**. Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm. Acesso em: 06 out. 2022.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 04 nov. 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. **Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 18 de dezembro de 2009, Seção 1, p. 18, 2009. Disponível em: http://www.seduc.ro.gov.br/porta/legislacao/RESCNE005_2009.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_10.pdf. Acesso em: 04 nov. 2022.
- BREIER, A.C.B. **Museus infantis: uma questão contemporânea**. 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/5751>. Acesso em: 26 out. 2021.
- CAMILLO, C. M. **Teorias da educação** [recurso eletrônico] / Cíntia Moralles Camillo, Liziany Müller Medeiros. – Santa Maria, RS : UFSM, NTE, 2018. 1 e-book : il. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18360/Curso_Lic-Ed-Camp_Teorias-Educ.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em novembro de 2023.

CARVALHO, C. Criança Menorzinha...Ninguém merece: políticas de infância em espaços culturais. In: KRAMER, Sonia; ROCHA, Eloisa (Org.). **Educação Infantil: enfoques em diálogo**. Campinas: Papirus, 2013. P. 295-312.

CARVALHO, C.; LOPES, T. O Público Infantil nos Museus. **Educação & Realidade [online]**, v. 41, n. 3, p. 911-930, 2016.

CARVALHO, C.; LOPES, T.; RESINENTTI, P. Educação Infantil e Espaços Culturais: possibilidades de apropriação na cidade do Rio de Janeiro. **Perspectiva [online]**, v. 35, n.1, pp. 300-322, 2017.

CATANI, A. M. A cultura não é um privilégio natural.[Apresentação]. **O amor pela arte**, 2007.

CONSIDERA, A. F. **Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paranaense e Museu Paulista**. 2015. 274 f., il. Tese (Doutorado em História)—Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

COSTA, A.; CASTRO, F.; CHIOVATTO, M.; SOARES, O. Educação Museal In: Instituto Brasileiro de Museus. **Caderno da Política Nacional de Educação Museal**. Brasília, DF:IBRAM, 2018.

DA CONCEIÇÃO GARCIA, C. et al. A caixa patrimonial: Um projeto de Educação Patrimonial para escolas do Distrito Federal. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 7, n. 1, p. 100-112, 2020.

DEL PRIORI, M. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.

FREITAS, M. C. **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

GABRE, S. DE F. **Para Habitar O Museu Com O Público Infantil: Uma proposta de Formação Colaborativa entre professoras da infância e profissionais do Museu Municipal de Arte de Curitiba**. 235, 2016. Disponível em: http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_e98ea1b21fc238cac279c74e092625c9. Acesso em: 04 nov. 2022.

GABRE, S. F. O MUSEU DE ARTE E SUA DIMENSÃO EDUCATIVA: EM DEFESA DA CRIANÇA PEQUENA COMO PÚBLICO. **Atos de Pesquisa em Educação**, [S.l.], v. 14, n.1, p.145-168, 2019.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: IBRAM, 2011a. Acesso em: 03 out. 2023. Disponível em: <<https://antigo.museus.gov.br/guia-dos-museus-brasileiros/>>

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. **CADERNO DA POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO MUSEAL**. Brasília: IBRAM, 2018.

ISZLAJI, C.; MARANDINO, M. Levantamento das exposições e ações educativas realizadas para o público infantil nos museus brasileiros. **Revista da SBEnBIO, Niterói**, v. 3, p. 2746, 2010.

KOPTCKE, L. S. Bárbaro, escravos e civilizados: o público dos museus no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n.31, p. 186-205, 2005.

KRAMER, S.; MOTTA, F.M.N. Criança. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

LEITE, G. **Considerações sobre o conceito de infância e a educação infantil**. Jus Brasil. 2015. Disponível em: <https://giseleleite2.jusbrasil.com.br/artigos/285788699/consideracoes-sobre-o-conceito-de-infancia-e-a-educacao-infantil>. Acesso em: 04 nov. 2023.

LOPES, M. M. A favor da desescolarização dos museus. **Educação e sociedade**, v. 40, p. 443-455, 1991.

LOPES, T.; CARVALHO, C. Educação Infantil em museus de arte, ciência e história. **Educar em Revista [online]**, v. 37, 2021.

MARCÍLIO, M. L. **História Social da Criança Abandonada**. São Paulo: Hucitec, 2019.

MARQUES, A. C. T. L.; MARANDINO, M. Alfabetização científica, criança e espaços de educação não formal: Diálogos possíveis. **Educação e Pesquisa**, v. 44, n. 1, p. 1–19, 2018.

MARTINS, V.; CARVALHO, C.; RELHER, J. Os bebês no museu de arte do Rio: possíveis aproximações estéticas. **Zero-a-seis**, v. 24, n. 46, p. 1087-1102, 2022.

PEREIRA, M. Museus escolares: trajetória histórica e desafios à luz da museologia social. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 51, p. 96-118, 2019.

POSSAMAI, Z. R. WALDISA RÚSSIO, A CRIANÇA E O MUSEU: IDEIAS DE UMA UTOPIA PARA A MUSEOLOGIA DO BRASIL E DAS AMÉRICAS. **XXV ENCONTRO DO ICOFOM LAM**, p. 114-150, 2019.

SARMENTO, M. J. A sociologia da infância e a sociedade contemporânea: desafios conceituais e praxeológicos. 2013.

SILVA, N. F. I. Museu Afro-Brasil no Contexto da Diáspora: Dimensões contra-hegemônicas das Artes e Culturas Negras. Tese. VIS/UnB. 2013.

SOTO, M. Dos gabinetes de curiosidade aos museus comunitários: a construção de uma conceção museal à serviço da transformação social. **Cadernos de Sociomuseologia**, v. 48, n. 4, 18 Abr. 2015.

STUDART, D. C. Museus e famílias: percepções e comportamentos de crianças e seus familiares em exposições para o público infantil. **Hist. cienc. saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, supl. p. 55-77, 2005.

VECCHI, V. Estética y aprendizaje. In: HOYUELOS, Alfredo. **La estética en el pensamiento y obra pedagógica de Loris Malaguzzi**. Barcelona: Octaedro; Rosa Sensat, 2006. p. 15-26.

Sites

Museu Afro Brasil. 2023. Disponível em: <<http://www.museuafrobrasil.org.br/o-museu/apresentacao>>. Acesso em: 06 nov. 2023

Memorial dos Povos Indígenas. 2023. Disponível em: <<https://www.cultura.df.gov.br/memorial-dos-povos-indigenas/>>. Acesso em 06 nov. 2023

APÊNDICE



QUESTIONÁRIO

PESQUISA PARA AÇÕES EDUCATIVAS E PÚBLICO INFANTIL



Identificação

1. Nome social da Instituição:

2. Subordinação/Tutela administrativa:

() Público () Privado

() Federal () Distrital () Municipal

3. Ano de fundação/criação: _____

4. Qual a sua função na instituição?

() Diretor () Gerente () Museólogo () Educador () Outro.

5. O museu possui um setor educativo? () Sim () Não

6. Qual é a formação do responsável pelo setor educativo?

2 - Características (área/acervo/ingresso)

7. Natureza do acervo:

() Artes;

() Antropologia;

() Etnografia;

() Ciência e Tecnologia;

() História;

() Ciências Naturais;

() Outro.

8. Cobra ingresso? () Sim () Não

9. Espaços disponíveis ao público

() Jardim ou área externa

() Fraldário no banheiro feminino

() Fraldário no banheiro masculino

() Fraldário em outro local

() Cinema

() Teatro

() Lanchonete ou similar

() Toaletes

() Guarda-volume

() Biblioteca/Mediateca

() Auditório

() Espaço para piquenique

() Loja ou livraria

Outro:

10. Dias e Horários de Atendimento ao público:

	Não	8h às 18h	9h às 17h
<input type="checkbox"/> segunda a sábado	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> terça a domingo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> segunda a sexta	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
<input type="checkbox"/> feriados	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

11 – Serviços e atendimento

Agendamento?	Sim	Não
Atendimento a professores para preparar a visita?	Sim	Não
Visitas guiadas?	Sim	Não
Atendimento especial para grupos (escolares/outros)?	Sim	Não
Material de apoio à visita para escolares ou demais grupos?	Sim	Não
Publicações?	Sim	Não
Oficinas, seminários, conferências, palestras?	Sim	Não

12. Estimativa de Público visitante nos últimos 12 meses:

- menos de 100 visitantes
 entre 100 e 300 visitantes
 entre 300 a 600 visitantes
 entre 600 a 900 visitantes
 mais de mil visitantes
 Não sabe.

13. Como contabiliza o número de visitas/ano?

- Bilheteria Livro de assinaturas Visitas agendadas
 Outro.

14. A partir de que ano o museu passou a reunir informações sobre o número de visitas?

15. Realiza ou já realizou pesquisas de público?

16. Em caso positivo, especifique:

Sobre ações educativas e o público infantil (0 a 6 anos)

17. Qual a faixa etária do público atendido? Podem ser marcadas várias/todas as opções.

- 0 a 1 ano
 1 a 2 anos
 3 e 4 anos
 5 e 6 anos
 6 e 7 anos
 8 a 11 anos
 12 a 15 anos
 16 a 18 anos
 acima de 18 anos
 Não possui essa informação / Não sabe

18. Qual é a frequência em que o público infantil visita a exposição?

- Nunca 1x por semana 2 a 3x por semana
 1x por mês 2x por ano 1x por ano Não sabe

19. São realizadas ações específicas para o público infantil? Sim Não

20. Quais são as principais demandas por atividades?

- leitura guiada
 contação de história
 brincadeiras
 oficinas manuais
 oficinas educativas
 teatro
 visitas guiadas
 outras.

21. A instituição registra dados sociodemográficos acerca do público infantil? Sim Não

22. Caso sim, quais?

- Renda Familiar
 Escolaridade
 Se a criança já frequenta o ambiente escolar
 Caso frequente, se a criança estuda em escola pública ou particular
 Outros

23. O museu realiza algum tipo de avaliação acerca das atividades desempenhadas com o público infantil? Sim Não

24. A instituição oferece condições para atendimento ao público infantil Sim Não

25. Quais os desafios para a recepção/ acolhimento e realização de ações educativas com o público infantil?

- adequação à linguagem
 apresentação didática dos conteúdos
 elaboração das atividades educativas
 falta de preparação dos monitores
 treinamento da equipe
 adequação do acervo
 outros
 Não se aplica

26. Em relação à pergunta anterior, cite aqui aquilo que você considera um desafio e não foi mencionado:

27. Quais espaços do museu são dedicados às atividades para o público infantil?

- A área de visitação comum a todos os públicos
 Uma exposição específica para esse público
 área comum de visitação + atividade específica
 outros espaços –

28. Existe alguma proposta de mediação específica para esse público?

29. Caso a instituição ofereça mediação, qual o tempo médio de tempo para a mediação do público infantil (0 a 6 anos)?

30. A equipe que atua no museu apresenta composição multidisciplinar? Sim Não

31. Quais as formações dos profissionais que atuam?

- Psicólogo
- Pedagogo
- Professor
- Artista
- Curador
- Outros

32. Os materiais produzidos pelas ações educativas são incorporados ao acervo?

33. Existe alguma verba específica destinada ao setor educativo e ações educativas?

- Sim
- Não

34. Na sua opinião, deveria haver alguma mudança para acolhimento e aproveitamento do público infantil (0 a 6 anos) ? Sim Não

35. Especifique:

36. Como o museu entende sua importância para a formação sociopedagógica das crianças?

37. Identificação do informante: